









AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE COMERCIALIZAÇÃO E CONSUMO DE CARNE DE CAÇA NA PROVÍNCIAS DE LUANDA E ICOLO E BENGO, ANGOLA

ASSESSMENT OF THE INDEX OF GAME MEAT TRADE AND CONSUMPTION IN LUANDA AND ÍCOLO E BENGO PROVINCES, ANGOLA

Sérgio Joaquim Fernando Kussumua^{1*} ; Valdemiro Marcos² ; Romeu Julião³ ; Victória Sandambongo⁴ ; Romana Kiuma⁵ ; Silmo da Rocha Monteiro⁶ ; Isilda Cavaleca⁷ ; Timóteo Júlio⁸ 

¹ Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climática. Huambo-Angola. ² Esplendor Florestal. Huambo-Angola. ³ Instituto de Desenvolvimento Florestal, Cuanza-Norte-Angola. ⁴ Fundação Kissama. Luanda-Angola. ⁵ Fundação Kissama. Luanda-Angola. ⁶ Instituto Nacional de Gestão Ambiental. Luanda-Angola. ⁷ Fundação Lisima. Luanda-Angola. ⁸ BIOPOLIS Program in Genomics, Biodiversity and Land Planning, CIBIO, Campus de Vairão, 4485-661; CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado, Campus de Vairão, Universidade do Porto, 4485-661 Vairão, Portugal; Departamento de Biologia, Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 4099-002 Porto, Portugal.

* Email para correspondência: sergiokussumua@gmail.com.

RESUMO

O presente estudo avaliou o índice de comercialização e consumo de carne de caça na Província de Luanda, Angola, com o objetivo de compreender as dinâmicas socioeconómicas associadas a esta prática e os seus impactos ambientais. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica e na aplicação de inquéritos por questionário em três mercados informais (Kwanzas, Asa Branca e Trinta). Os resultados indicam que a comercialização e o consumo da carne de caça constituem importantes fontes de rendimento e alimentação para as comunidades locais. Verificou-se que 44% dos vendedores adquirem a carne diretamente de caçadores, enquanto 56% dependem de intermediários. A carne de seixa (antílope)

ABSTRACT

This study assessed the index of game meat trade and consumption in Luanda Province, Angola, aiming to understand the socioeconomic dynamics behind this activity and its environmental impacts. The research combined a literature review with survey questionnaires conducted in three informal markets (Kwanzas, Asa Branca, and Trinta). Results show that game meat trading and consumption serve as key sources of income and food for local communities. About 44% of traders obtain meat directly from hunters, while 56% rely on intermediaries. The seixa (antelope) was identified as the most traded and consumed species (55%). However, 92%



destacou-se como a mais comercializada e consumida (55%). Contudo, 92% dos inquiridos demonstraram desconhecimento sobre a legislação ambiental em vigor, e 24% afirmaram já ter presenciado atividades de caça ilegal. Conclui-se que o comércio de carne de caça em Luanda representa uma ameaça à conservação da fauna e ao equilíbrio ecológico. Recomenda-se reforçar as ações de sensibilização, fiscalização e aplicação da legislação ambiental, incentivando alternativas sustentáveis de rendimento e segurança alimentar.

Palavras-chave: carne de caça, comércio informal, biodiversidade, sustentabilidade, Angola.

of respondents were unaware of environmental legislation, and 24% reported having witnessed illegal hunting activities. The findings indicate that the game meat trade in Luanda poses a serious threat to wildlife conservation and ecological balance. It is recommended to strengthen environmental awareness, law enforcement, and market monitoring while promoting sustainable income and food alternatives.

Keywords: game meat, informal trade, biodiversity, sustainability, Angola.

Introdução

Angola é um país com grande diversidade de climas e habitats, o que se traduz numa elevada riqueza faunística e florística. No entanto, devido à guerra prolongada, as áreas de conservação sofreram graves impactos, nomeadamente negligência, caça furtiva e invasão de terras (Huntley et al., 2019). A pressão antrópica sobre os ecossistemas florestais deve-se, sobretudo, à falta de alternativas de geração de rendimento. A promoção do manejo sustentável dos recursos florestais deve, portanto, estar associada à valorização dos produtos florestais, madeireiros e não madeireiros (Sanfilippo, 2014; Kussumua, 2021).

A caça de animais é uma prática ancestral, que remonta aos tempos pré-históricos, quando representava uma das principais fontes de proteína. Atualmente, além do seu valor alimentar, é também praticada por motivos desportivos e recreativos. Embora a caça ocorra em todo o mundo, assume maior relevância nos países em desenvolvimento, sobretudo em África e na Ásia, onde a carne de caça é amplamente consumida (Amaral et al., 2015).

Apesar de ser considerada uma atividade de subsistência nas zonas rurais, a produção e o consumo de carne de caça têm aumentado de forma preocupante, impulsionados pela procura crescente nas principais cidades e pela dependência económica de muitas famílias em relação a este comércio (Amaral et al., 2015). O tráfico de animais, altamente lucrativo, constitui atualmente o terceiro comércio ilegal mais rentável do mundo, atrás apenas do tráfico de drogas e de armas (Dhego et al., 2019).

A caça e o comércio de carne de animais selvagens têm impacto negativo sobre a fauna, com graves implicações para a conservação da biodiversidade (Gonçalves et al., 2019). Em Angola, a caça comercial é praticada em larga escala em algumas regiões, representando uma das

principais ameaças à fauna nativa e contribuindo para o declínio de espécies de médio e grande porte, muitas com valor medicinal, causando desequilíbrios ecológicos (EcoAngola, 2021).

A Lei n.º 6/17, de 24 de Janeiro de 2017, sobre as Florestas e Fauna Selvagem, estabelece normas que visam garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, torna-se necessário rever as práticas de exploração, assegurando que as futuras gerações possam beneficiar destes recursos.

Por definição, “carne de caça” refere-se à carne proveniente de animais selvagens capturados, comum em regiões em desenvolvimento como África. Pode ter origem em diversas espécies, incluindo morcegos, primatas não humanos, rato-do-capim e antílopes. Normalmente, a carne é fumada, seca ou salteada, sendo considerada um petisco por uns e a principal fonte de alimento por outros.

Em 2007, Angola ratificou a CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção), que visa a proteção dessas espécies através do controlo do seu comércio (Decreto Executivo n.º 433/16, de 26 de Outubro). Todavia, a informação sobre a produção e o consumo de carne de caça no país ainda é escassa. Este estudo pretende contribuir para o conhecimento desta problemática e apoiar a formulação de estratégias eficazes que previnam o uso indevido da biodiversidade, em conformidade com as legislações nacionais e convenções internacionais.

Material e Métodos

Área de Estudo

O estudo foi conduzido em três mercados informais Kwanzas, Asa Branca e Quilómetro 30 localizados na província de Luanda, capital e principal centro urbano de Angola, e na atual província de Ícolo e Bengo, situada na região costeira adjacente ao Oceano Atlântico.



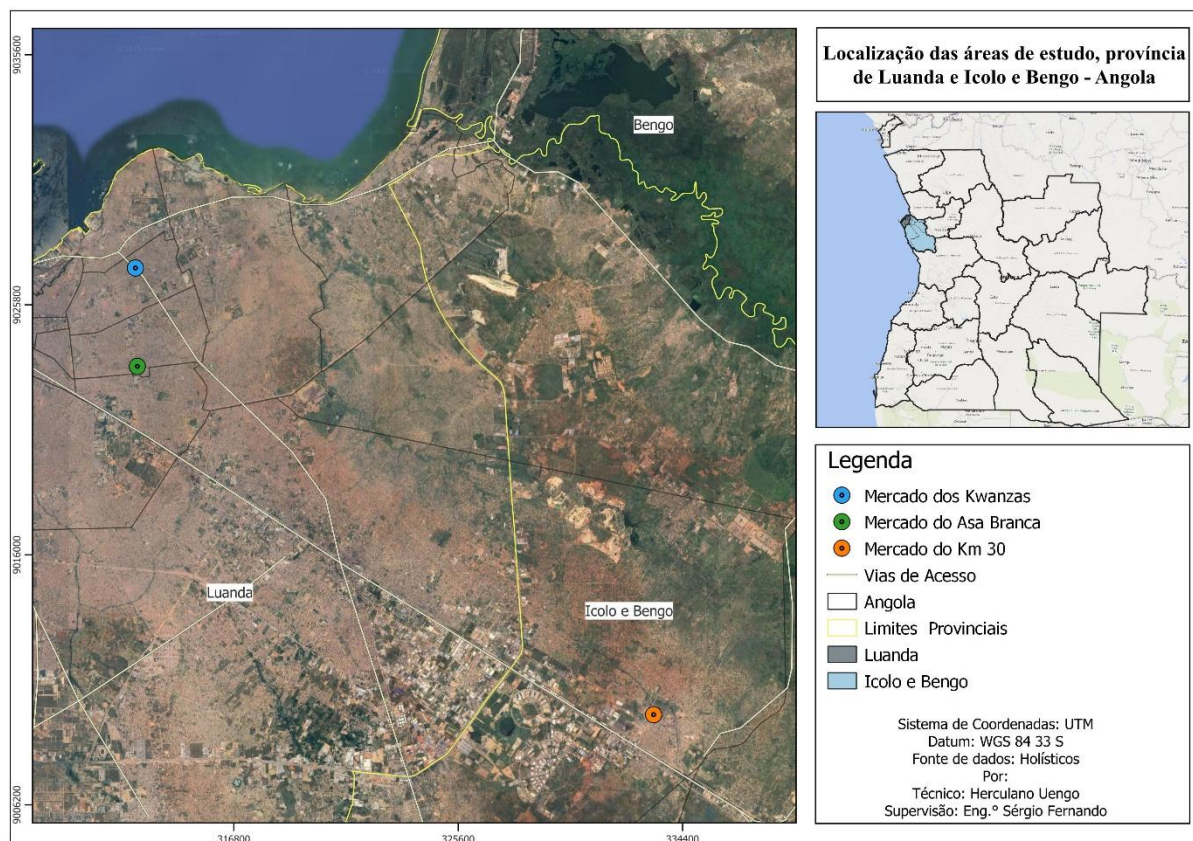


Figura 1. Área de estudo

A província de Luanda constitui o principal centro urbano e económico de Angola, concentrando uma grande parte da população nacional. Estimativas recentes indicam que a área metropolitana abriga cerca de 9 a 10 milhões de habitantes, com uma taxa de urbanização acelerada e elevada densidade populacional (CityPopulation, 2022; World Bank, 2025). Esse crescimento rápido tem colocado forte pressão sobre a infraestrutura, os serviços públicos e os recursos naturais disponíveis.

A economia de Luanda é essencialmente dominada pelos serviços, comércio, indústria e atividades portuárias, destacando-se como motor económico do país. A dependência histórica do setor petrolífero tem sido gradualmente compensada por iniciativas de diversificação económica, sobretudo através da promoção da indústria leve, da agricultura periurbana e do comércio informal, que representa uma parte expressiva da renda das famílias (World Bank, 2025; Le Monde, 2025).

Do ponto de vista ambiental, Luanda apresenta uma das menores taxas de cobertura florestal do território angolano, consequência direta da expansão urbana desordenada e da extração de madeira e lenha para consumo doméstico. Dados de sensoriamento remoto demonstram perdas

florestais significativas nas últimas duas décadas, especialmente nas zonas periféricas e costeiras (Global Forest Watch, 2024). A crescente ocupação de áreas húmidas e manguezais tem contribuído para a degradação de ecossistemas costeiros, comprometendo serviços ambientais essenciais, como a proteção contra erosão e a regulação do microclima (FAO, 2023).

Além disso, Luanda enfrenta sérios desafios socioambientais, como o défice de saneamento básico, o acesso limitado à água potável e a gestão ineficiente de resíduos sólidos. Esses fatores, combinados com a pobreza urbana e o crescimento descontrolado dos assentamentos informais, aumentam a vulnerabilidade ambiental e social da população (World Bank, 2025; FAO, 2023).

A província de Ícolo e Bengo, recentemente elevada a estatuto administrativo próprio (Lei n.º 14/24, Diário da República, 2024), apresenta características distintas, com predominância de ambientes rurais e semi-rurais, e uma população significativamente menor. O município de Catete, atual capital, localiza-se numa região de planícies e savanas com elevado potencial agrícola, particularmente para a produção de milho, mandioca e hortícolas (ANGOP, 2024).

Do ponto de vista económico, Ícolo e Bengo tem sido identificado como uma área estratégica para o desenvolvimento agroindustrial, devido à sua proximidade à capital e à presença de infraestruturas como o Aeroporto Dr. António Agostinho Neto e o eixo ferroviário de ligação ao interior do país (OPaís, 2024). Estas condições favorecem a atração de investimentos nos setores da agrotransformação, logística e construção civil.

Em termos ambientais, Ícolo e Bengo integra ecossistemas importantes do Parque Nacional da Quiçama, apresentando fragmentos florestais e zonas húmidas de elevada relevância ecológica (Huntley et al., 2019). Contudo, observa-se também uma tendência de desflorestação e conversão de terras agrícolas, impulsionada pela expansão agrícola e pelo crescimento demográfico local (Global Forest Watch, 2024).

A interação entre o crescimento económico e a conservação ambiental é, portanto, um dos principais desafios para Ícolo e Bengo. A necessidade de planeamento territorial sustentável e de fiscalização ambiental eficaz é fundamental para evitar que a província replique os problemas de degradação já observados em Luanda (World Bank, 2025; FAO, 2023).

Metodologia

A metodologia adotada baseou-se em duas abordagens complementares: revisão bibliográfica e inquéritos por questionário aplicados em mercados informais da Província de Luanda.



A revisão bibliográfica visou reunir e analisar o conhecimento teórico existente sobre a comercialização e o consumo de carne de caça, bem como sobre as práticas de conservação e gestão sustentável dos recursos faunísticos. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica “permite ao investigador conhecer e analisar as principais contribuições científicas já produzidas sobre determinado tema”, sendo fundamental para a construção de uma base teórica sólida. Para isso, foram consultados artigos científicos, livros, relatórios técnicos e legislações nacionais e internacionais relacionadas à conservação da biodiversidade e à economia informal.

Os inquéritos por questionário constituíram a principal fonte de dados empíricos. Segundo Tuckman (2000), o inquérito é “uma técnica de investigação que possibilita recolher informações directamente de indivíduos sobre atitudes, opiniões, percepções e comportamentos”. Essa abordagem foi escolhida por permitir compreender as dinâmicas socioeconómicas associadas ao comércio e consumo de carne de caça.

Os questionários foram aplicados presencialmente a comerciantes e consumidores em três mercados informais da Província de Luanda Kwanzas, Asa Branca e Trinta seleccionados por amostragem por conveniência, conforme descrito por Marconi e Lakatos (2010), que defendem a utilização desta técnica quando o objectivo é obter informações exploratórias e acessíveis num contexto específico.

Os dados recolhidos foram tratados e organizados em Microsoft Excel, e posteriormente analisados com base em estatística descritiva, através do cálculo de frequências, percentagens e elaboração de gráficos. Como referem Creswell (2014) e Mattar (2005), a análise descritiva é apropriada em estudos exploratórios, pois permite caracterizar fenómenos e identificar padrões relevantes sem a necessidade de inferência causal.

Esta combinação de métodos qualitativos e quantitativos proporcionou uma compreensão abrangente do fenómeno estudado, integrando a percepção dos agentes locais com o suporte teórico e analítico da literatura científica.

Resultados e Discussão

Perfil Socioeconómico

A atividade de venda e consumo de carne de caça é predominantemente exercida por mulheres: 40% com idades entre 18–30 anos, 40% entre 31–45 anos, e 20% com mais de 46 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, 48% não possuem ensino primário, 40% têm o ensino primário completo e 12% o ensino secundário ou superior.

Género	Idade (anos)							Nível de escolaridade					
	18-30	%	31-45	%	≥46	%	Total	Analfabeto	%	Ensino primário	%	ensino secundário ou superior	%
Homens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mulheres	10	40	10	40	5	20	100	12	48	10	100	3	100

Figura 2. Perfil Socioeconómico

A principal fonte de rendimento é o comércio (92%), seguido da caça (4%) e da agricultura (4%). Cerca de 36% dos comerciantes afirmaram estar no negócio há mais de 20 anos.

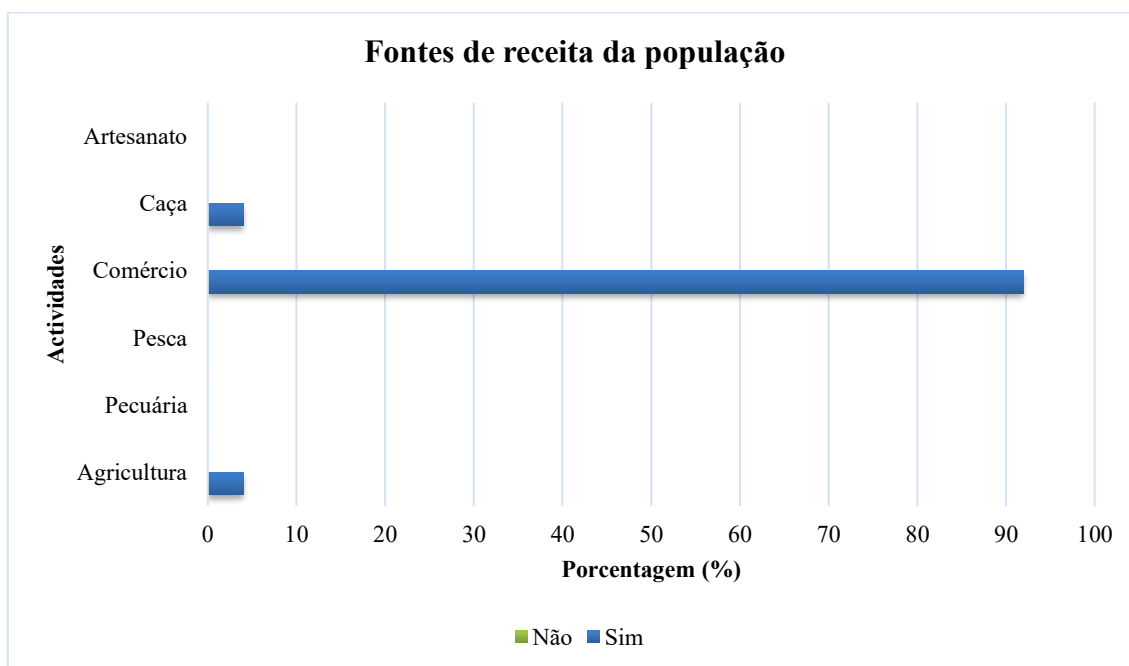


Figura 3. Fontes de Receita da população

Estudo realizado por Bento (2014) revela que a maioria dos vendedores nos mercados informais de Luanda é do sexo feminino. No universo analisado de 602 vendedores, apenas dois eram do sexo masculino, distribuídos entre as diferentes faixas etárias: até 25 anos, de 26 a 33 anos, de 34 a 41 anos, de 42 a 49 anos e acima de 50 anos.

A análise da amostra demonstra que 78,1% dos vendedores encontram-se nas faixas etárias compreendidas entre os 26 e os 49 anos, representando, portanto, a população economicamente ativa. A maioria desses comerciantes atua em segmentos relacionados à venda de produtos agrícolas e frescos, popularmente conhecidos como “Campo e Frescos” (Bento, 2014).

Segundo o autor, a economia informal em Luanda historicamente tem-se concentrado em atividades artesanais tradicionais, serviços domésticos, comércio ambulante, comércio porta a porta, mercados dos musseques e atividades ligadas à construção e ao alojamento das populações periféricas da capital.

Bento (2014) destaca ainda que o mercado do Quilómetro 30, na área dos produtos agrícolas, se destaca como um dos mais procurados, devido aos preços acessíveis e à diversidade de produtos oferecidos. Este mercado é abastecido por produtos provenientes de várias províncias do país, com maior incidência nas províncias do Huambo, Bié, Huíla, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Benguela, Luanda, Bengo e Malanje.

Aquisição da Carne de Caça

No que diz respeito à aquisição da carne de caça para venda, constatou-se que 44% dos inquiridos afirmaram obter a carne diretamente de caçadores, enquanto 56% a adquirem de outras fontes intermediárias. Entre os participantes, 24% declararam já ter presenciado atividades de caça, consideradas ilegais segundo a legislação ambiental vigente em Angola, ao passo que 19% afirmaram nunca ter presenciado tal prática.

Conforme ilustrado no Gráfico 2, os animais mais comercializados nos mercados informais da Província de Luanda incluem, predominantemente, a seixa, cuja carne representa cerca de 50% do total das transações observadas. Em contrapartida, a carne de macaco apresentou a menor taxa de comercialização, correspondendo a aproximadamente 3% do total.

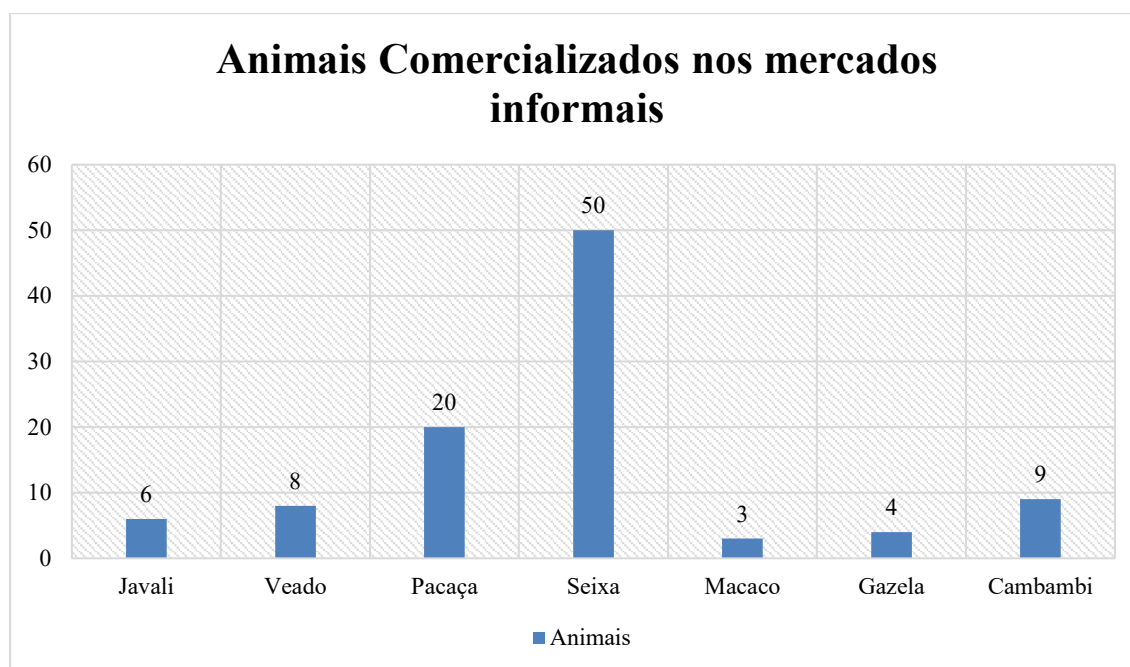


Figura 4. Animais Comercializados nos mercados informais

Verificou-se ainda que a maioria dos comerciantes afirmou que a época seca constitui o período mais favorável para a venda de carne de caça, uma vez que as condições climáticas facilitam a conservação e o transporte dos produtos. Observou-se também que os principais compradores são estrangeiros (80%), destacando-se cidadãos chineses, portugueses, congolese e nigerianos, enquanto os nacionais representam 20% das aquisições.

No que respeita à distribuição por género, constatou-se que as mulheres representam 52% dos compradores, contra 48% de homens. Este dado sugere que as mulheres desempenham um papel central na gestão alimentar do agregado familiar, sendo, na maioria das vezes, as responsáveis pela aquisição e preparação dos alimentos destinados ao consumo doméstico.

Consumo da Carne de Caça

No que diz respeito ao consumo da carne de caça, todos os inquiridos afirmaram já ter consumido este tipo de carne. As principais razões apontadas para essa preferência incluem o gosto pela carne, o seu bom sabor, o facto de ser um alimento comum e culturalmente valorizado, bem como a sua acessibilidade económica.

A frequência de consumo varia entre os participantes: 40% consomem carne de caça diariamente, 40% semanalmente e 20% mensalmente ou apenas uma vez por ano. Esses dados demonstram que a carne de caça continua a ocupar um papel relevante na dieta alimentar de parte significativa da população estudada.

O estudo revelou ainda que o consumo da carne de caça inicia-se, na maioria dos casos, desde a infância, embora alguns participantes tenham começado a consumir com dez ou mais anos de idade.

Quanto aos locais de aquisição, verificou-se que os mercados informais são os mais procurados (52%), seguidos das casas de venda de comida (20%), feiras (12%) e vendedores ao longo das vias públicas (16%).

Em relação às espécies mais consumidas, destaca-se a seixa (antílope) como a mais apreciada e comercializada, seguida da pacaça, dos ratos e dos porcos-da-índia, conforme ilustrado na Figura 3.

Espécie	Percentagem (%)
Seixa (antílope)	55
Pacaça	25
Ratos	10
Porco-da-índia	8
Outros	2

Figura 5. Espécies mais consumidas

Os resultados obtidos indicam que o consumo de carne de caça continua a ser uma prática amplamente difundida na Província de Luanda, motivada por fatores culturais, económicos e alimentares. Essa realidade está em consonância com as observações de van Vliet et al. (2017), que destacam que, em muitas regiões de África, a carne de caça não é apenas uma fonte de proteína, mas também um símbolo cultural profundamente enraizado, associado a tradições alimentares e identidades locais. Assim, o consumo transcende a mera necessidade nutricional, constituindo-se como um elemento da cultura alimentar angolana.

A predominância de espécies como a seixa e a pacaça no consumo reflete a acessibilidade dessas espécies nos circuitos de caça e comercialização. Estudos conduzidos por Ripple et al. (2016), demonstram que a caça de espécies de médio e grande porte em países em desenvolvimento é impulsionada, sobretudo, pela sua abundância relativa e pelo valor económico da carne no mercado informal. Esses autores alertam que, embora o consumo de

carne de caça contribua para a segurança alimentar de comunidades locais, ele também representa uma ameaça crescente à biodiversidade, especialmente quando a exploração é realizada de forma não sustentável.

O facto de todos os inquiridos afirmarem ter consumido carne de caça, com frequências elevadas (diária e semanal), confirma a forte integração deste produto na dieta urbana, fenómeno também descrito por Lindsey et al. (2013). Segundo esses autores, a procura urbana por carne de caça em África tem vindo a crescer em função da migração rural-urbana e da valorização do “sabor autêntico” da carne selvagem, frequentemente associada a status social e à autenticidade cultural. Essa procura exerce pressão adicional sobre os ecossistemas periurbanos e rurais, ampliando o comércio ilegal e desafiando as políticas de conservação.

Por outro lado, a presença significativa de mulheres na comercialização e aquisição de carne de caça sugere uma dimensão socioeconómica relevante. Segundo Nasi, Taber e van Vliet (2011) (*Animal Conservation*), o envolvimento feminino na cadeia de valor da carne de caça é comum em economias informais africanas, refletindo tanto a busca por autonomia económica quanto o papel tradicional das mulheres na gestão alimentar das famílias. Esse achado reforça a necessidade de incorporar abordagens de género nas políticas de gestão e conservação da fauna.

A persistência do consumo desde a infância, identificada neste estudo, indica que a prática é culturalmente transmitida e normalizada, o que pode dificultar intervenções regulatórias isoladas. Fa et al. (2022), sublinham que políticas de conservação bem-sucedidas em contextos africanos exigem estratégias integradas que conciliem segurança alimentar, educação ambiental e alternativas económicas para reduzir a dependência da carne de caça.

Conhecimento Geral sobre a Caça e a Legislação Ambiental

Os resultados do inquérito indicam que 84% dos participantes definem a caça como o ato de abater animais no seu habitat natural e levá-los para consumo doméstico, enquanto 16% consideram a caça como a captura e aprisionamento de aves com o intuito de as manter em casa para observação ou entretenimento.

No que diz respeito ao conhecimento da legislação ambiental, apenas 8% dos inquiridos afirmaram ter algum domínio sobre as leis que regulam a atividade cinegética em Angola, enquanto a grande maioria, 92%, declarou não possuir conhecimento sobre essas normas legais. Este dado evidencia uma lacuna significativa em matéria de educação ambiental e divulgação das leis de conservação da fauna.



Quanto à percepção sobre o tráfico de animais, observou-se que 24% da população inquirida não vê problema na prática, enquanto 76% se manifestaram contra o tráfico e a caça ilegal, reconhecendo os impactos negativos sobre a biodiversidade e o equilíbrio ecológico.

Estes resultados demonstram a necessidade de reforçar as ações de sensibilização e fiscalização ambiental, promovendo um maior conhecimento da legislação vigente, nomeadamente a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 5/98) e o Regulamento sobre a Caça e a Conservação da Fauna (Decreto n.º 40.040/1955), que estabelecem os princípios e restrições relativos à caça sustentável em Angola.

Os resultados obtidos revelam um défice expressivo no conhecimento da legislação ambiental entre os inquiridos, com 92% a declarar desconhecimento sobre as normas que regulam a caça em Angola. Esse cenário não é exclusivo do contexto angolano. Roe et al. (2015), observaram que em diversos países africanos, a ausência de programas consistentes de educação ambiental e a fraca divulgação das leis de conservação conduzem à baixa adesão comunitária às políticas de proteção da fauna. A falta de compreensão da legislação compromete o envolvimento das comunidades na gestão sustentável dos recursos naturais, reforçando práticas ilegais como a caça furtiva e o tráfico de espécies.

A percepção pública sobre o tráfico de animais também reflete contradições sociais e culturais. Embora 76% dos participantes se manifestem contra o tráfico e a caça ilegal, 24% consideram essa prática aceitável, revelando um conflito entre valores culturais e exigências legais. Segundo Courchamp et al. (2006), o tráfico de animais silvestres tende a persistir em contextos onde há fraca aplicação das leis e incentivos económicos para a sua prática. Estes autores demonstram que a procura por produtos derivados de animais selvagens, associada ao comércio informal, intensifica-se quando as sanções são ineficazes ou pouco conhecidas.

A forma como os inquiridos definem a caça predominantemente como o abate de animais para consumo reforça a ideia de que a atividade é percecionada como prática de subsistência, mais do que uma infração ambiental. Essa visão é consistente com os resultados de Nielsen e Meilby (2013), que indicam que, em várias comunidades rurais africanas, a caça é entendida como um direito cultural e uma estratégia legítima de sobrevivência. Esse enquadramento cultural dificulta a aplicação de políticas restritivas quando não são acompanhadas de alternativas económicas concretas e campanhas educativas sustentadas.

A ausência de conhecimento jurídico e a tolerância parcial ao tráfico de fauna revelam uma fragilidade estrutural na política ambiental angolana. Apesar da existência de instrumentos

legais como a *Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 5/98)* e o *Regulamento sobre a Caça e a Conservação da Fauna (Decreto n.º 40.040/1955)*, a eficácia dessas normas depende da sua implementação prática. Conforme argumenta Kusters et al. (2018), a gestão sustentável da biodiversidade em países africanos requer integração entre políticas ambientais e mecanismos de desenvolvimento comunitário, promovendo a apropriação local da conservação como fonte de benefícios sociais e económicos.

Conclusões e Recomendações

Verificou-se que a prática do consumo e da comercialização da carne de caça na Província de Luanda está fortemente associada à necessidade de satisfação alimentar e à geração de rendimento financeiro por parte da população envolvida. Contudo, esta atividade representa uma ameaça significativa ao equilíbrio ecológico, uma vez que implica o abate indiscriminado de espécies silvestres, comprometendo a conservação da fauna e a sustentabilidade dos ecossistemas.

A análise evidencia que a legislação ambiental angolana, embora exista, ainda carece de maior divulgação, fiscalização e aplicação prática. Instrumentos como a Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade, aprovada pela Resolução n.º 1/10, de 14 de Janeiro, e a Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação, constituem referências essenciais para o controlo e gestão sustentável da fauna, mas a sua implementação ainda é limitada.

Com base nos resultados obtidos, recomenda-se:

- Promover acções de sensibilização comunitária, visando a consciencialização dos caçadores e comerciantes sobre os impactos ambientais e incentivando alternativas sustentáveis de geração de renda e segurança alimentar;
- Reforçar a fiscalização nas zonas de maior incidência de caça e nos mercados informais onde ocorre a comercialização da carne;
- Assegurar o cumprimento da legislação vigente, responsabilizando os infractores de forma exemplar, conforme previsto nas normas ambientais;
- Intensificar programas de educação ambiental, alertando a população para os riscos que estas práticas representam para a biodiversidade faunística e o equilíbrio ambiental em geral.



Referências Bibliográficas

- Amaral, J., Mafra, I., & Oliveira, M. (2015). *Riscos e benefícios associados ao consumo de carne de caça*. Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios (DRAL/UNO).
- Amaral, J., Mafra, I., & Oliveira, M. (2015). *Riscos e benefícios associados ao consumo de carne de caça*. Departamento de Riscos Alimentares e Laboratórios (DRAL/UNO).
- ANGOP. (2024). *Governo anuncia plano de desenvolvimento para Ícolo e Bengo*. Agência Angola Press. <https://www.angop.ao>
- CityPopulation. (2022). *Luanda Province population estimates*. https://www.citypopulation.de/en/angola/admin/04_luanda/
- Courchamp, F., Angulo, E., Rivalan, P., Hall, R. J., Signoret, L., Bull, L., & Meinard, Y. (2006). Rarity value and species extinction: The anthropogenic Allee effect. *PLoS Biology*, 4(12), e415. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.0040415>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). Sage Publications.
- Decreto Executivo n.º 433/16, de 26 de outubro. *Diário da República de Angola*.
- Dhego, P., Matondo, L., & Chilala, A. (2019). *O tráfico ilegal de fauna e flora: causas, impactos e desafios na conservação ambiental em África*. Luanda: Ministério do Ambiente de Angola.
- Diário da República. (2024). *Lei n.º 14/24 – Criação da província de Ícolo e Bengo*. Luanda: Imprensa Nacional.
- EcoAngola. (2021). *Relatório sobre a caça furtiva e o comércio de carne de caça em Angola*. Luanda: EcoAngola – Plataforma de Conservação e Sustentabilidade Ambiental.
- Fa, J. E., Watson, J. E. M., Leiper, I., Potapov, P., Evans, T. D., Burgess, N. D., ... & Venter, O. (2022). Importance of Indigenous Peoples' lands for the conservation of Intact Forest Landscapes. *Nature Sustainability*, 5(2), 123–131. <https://doi.org/10.1038/s41893-021-00812-7>.
- FAO. (2023). *FAO in Angola: Agriculture and food security profile*. Food and Agriculture Organization. <https://www.fao.org/angola>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.
- Global Forest Watch. (2024). *Luanda and Ícolo e Bengo forest cover and change analysis*. World Resources Institute. <https://www.globalforestwatch.org>
- Gonçalves, F. M. P., Luís, J. C., Tchamba, J. J., & Cachissapa, M. J. (2019). A rapid assessment of hunting and bushmeat trade along the roadside between five Angolan major towns. *Nature Conservation*, 37, 151–160. <https://doi.org/10.3897/natureconservation.37.37590>
- Gonçalves, F. M. P., Luís, J. C., Tchamba, J. J., Cachissapa, M. J., & Chisingui, A. V. (2019). A rapid assessment of hunting and bushmeat trade along the roadside between five Angolan major towns. *Nature Conservation*, 37, 151–160. <https://doi.org/10.3897/natureconservation.37.37590>
- Huntley, B. J., Russo, V., Lages, F., & Almeida, N. F. (2019). *Biodiversidade de Angola* (1.ª ed.). Porto: A Ciência é Arte.
- Huntley, B. J., Russo, V., Lages, F., & Almeida, N. F. (2019). *Biodiversidade de Angola*. 1ª ed. Porto: A Ciência é Arte.
- Huntley, B. J., Russo, V., Lages, F., & Almeida, N. F. (2019). *Biodiversidade de Angola*. Porto: A Ciência é Arte.
- Kussumua, S. F. (2021). Panorama florestal em Angola. *Ojeando la Agenda*, (70), 2.
- Kusters, K., Buck, L., de Graaf, M., Minang, P. A., van Oosten, C., & Zagt, R. (2018). Participatory planning, monitoring and evaluation of multi-stakeholder platforms in integrated landscape initiatives. *Forest Policy and Economics*, 91, 70–79. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2017.12.008>
- Le Monde. (2025). *How Angola is preparing for a post-oil economy*. Paris: Le Monde Afrique.
- Lei n.º 6/17, de 24 de janeiro. *Lei de Bases das Florestas e da Fauna Selvagem*. Diário da República de Angola.
- Lindsey, P. A., Balme, G. A., Becker, M., Begg, C., Bento, C., Bocchino, C., ... & Zisadza-Gandiwa, P. (2013). The bushmeat trade in African savannas: Impacts, drivers, and possible solutions. *Oryx*, 47(1), 31–39. <https://doi.org/10.1017/S0030605312000276>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.). Atlas.
- Mattar, F. N. (2005). *Pesquisa de marketing*. Atlas.
- Nasi, R., Taber, A., & van Vliet, N. (2011). Empty forests, empty stomachs? Bushmeat and livelihoods in the Congo and Amazon Basins. *Animal Conservation*, 14(3), 279–287. <https://doi.org/10.1111/j.1469-1795.2011.00483.x>
- Nielsen, M. R., & Meilby, H. (2013). Determinants of compliance with hunting regulations in tropical Africa: A case study from Tanzania. *Human Ecology*, 41(1), 167–180. <https://doi.org/10.1007/s10745-012-9557-3>
- OPaís. (2024). *Ícolo e Bengo com potencial agrícola e industrial reforçado*. Jornal OPaís. <https://www.opais.co.ao>

- Ripple, W. J., Abernethy, K., Betts, M. G., Chapron, G., Dirzo, R., Galetti, M., ... & Young, H. (2016). Bushmeat hunting and extinction risk to the world's mammals. *Science Advances*, 2(10), e1600821. <https://doi.org/10.1126/sciadv.1600821>
- Roe, D., Nelson, F., & Sandbrook, C. (2015). Community management of natural resources in Africa: Impacts, experiences and future directions. *Conservation Biology*, 29(2), 342–355. <https://doi.org/10.1111/cobi.12469>.
- Santos, D., & Silva, G. (2019). Avaliação da percepção da população de Iporá (GO) sobre a lei de crimes ambientais e o tráfico e comércio ilegais de animais silvestres. *Revista Brasileira de Zootecias*, 20(1), 1–18. e-ISSN 2596-3325.
- Tiago, H. N. V. (2014). *Contributo para a gestão dos serviços do ecossistema florestal no sector do Ngove*. Huambo: s.n.
- Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação* (2.^a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tuckman, B. W. (2000). *Manual de investigação em educação*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- van Vliet, N., Moreno, J., Gómez, J., Zhou, W., Fa, J. E., Golden, C. D., ... & Nasi, R. (2017). Bushmeat and human health: Assessing the evidence in tropical and sub-tropical forests. *Biological Conservation*, 221, 221–230. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2018.03.028>.
- World Bank. (2025). *Angola Economic Update: Diversifying for resilience*. The World Bank. <https://www.worldbank.org/en/country/angola>

